

# FETICHISMO E REIFICAÇÃO EM *O CAPITAL*

Ellen Tristão\*

**Resumo:** O objetivo desse artigo é demarcar a relevância do fetichismo e da reificação como imanentes ao modo de produção capitalista e indispensáveis à sua defesa e naturalização. A partir de uma leitura dos três livros de *O capital*, evidencia-se o fetichismo e a reificação sobre os quais se move a relação social capitalista e cuja análise explicita a dialética permanente entre a essência desmistificadora e a aparência reificada e fetichizada. Indica-se, por fim, que é na aparência que se sustentam a economia vulgar e, em grande medida, a economia política clássica, cujas conclusões apologéticas servem a classe dos proprietários de terra e capital em detrimento dos trabalhadores.

**Palavras-chave:** Fetichismo, reificação, classes sociais.

**Abstract:** *The objective of this article is to demarcate the relevance of fetishism and reification as immanent to the capitalist mode of production and indispensable to its defense and naturalization. From a reading of the three books of Capital, it is evident the fetishism and reification on which the capitalist social relation moves and whose analysis makes explicit the permanent dialectic between the demystifying essence and the reified and fetishized appearance. Finally, it is emphasized that the vulgar economy and, to a large extent, the classical political economy, are based on appearance, whose apologetic conclusions serve the landlord and capitalist class to the detriment of the worker.*

**Key words:** *Fetishism, reification, social classes.*

## Introdução

A crise capitalista em curso há mais de uma década se combina hoje com o crescimento da extrema-direita mundial.<sup>1</sup> Por um lado, não se questiona o modo de produção capitalista – cujas contradições a crise deixa evidentes –, seja pelo nacionalismo, seja pelo neoliberalismo, por outro, vêm à tona valores desumanos e sectários: xenofobia, misoginia, LGBTfobia, racismo. Coloca-se a questão: o que sustenta a defesa da sociedade capitalista tal como ela é: uma sociedade que relega a maioria da população à miséria material e espiritual, que faz com que os homens não se reconheçam como iguais, em que a morte nas calçadas é uma imagem cotidiana?<sup>2</sup> A resposta a essa questão perpassa pelos fenômenos da alienação, fetichismo e reificação. Este artigo dá um primeiro passo a uma resposta: tem por objetivo demonstrar como o fetichismo e a reificação são intrínsecos à reprodução da sociedade capitalista, a partir de uma leitura da obra *O capital*, de Karl Marx.

---

\* Professora Adjunta do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Doutoranda em Economia na Universidade Federal Fluminense, pesquisadora do GECEP/UFVJM e NIEP-Marx/UFF.

<sup>1</sup> Perceptível pelo resultado das eleições no Brasil em 2018, pela presidência de Donald Trump nos Estados Unidos, por governos de extrema-direita na Hungria, Turquia e mesmo pelo crescimento de partidos como o Vox na Espanha e a Frente Nacional na França, para citar apenas alguns exemplos. A crise de 1929 foi acompanhada da ascensão do nazifascismo que culminou na II Guerra Mundial, indicando que esse fenômeno não é novidade. Um curioso estudo empírico de Funke *et al.* (2016), a partir de 800 processos eleitorais, dos últimos 140 anos, indica que grandes crises, de aparente viés financeiro, como a de 1929 e a atual, resultaram em um crescimento de até 30% da extrema-direita.

<sup>2</sup> Obviamente esta questão não é original. Aqui indicamos dois estudos que partem de questionamentos análogos: Netto (1981) procura responder como a sociedade capitalista se mantém, ademais de todas suas contradições, e indica a reificação como categoria central; Eagleton (1991) questiona o que faz com que alguém defenda interesses que são opostos aos seus, sua resposta é clara (e complexa): “O que induz homens e mulheres a confundir-se, de tempos em tempos, com deuses ou vermes é a ideologia” (EAGLETON, 1997, p. 12).

O modo de produção capitalista não mostra suas engrenagens e seus sujeitos, parece se esconder, aparece mistificadamente por trás de coisas que se movem e realizam o jogo econômico. As consequências do fetichismo e reificação vão desde a incompreensão da essência da sociedade capitalista e da natureza social e histórica de suas leis, como servem de base para a apologia dessa sociedade, própria à burguesia e aos seus ideólogos. Para demarcar a centralidade dessas categorias na reprodução do capital e à ideologia burguesa, esse artigo apresenta quatro seções, além dessa introdução e das considerações finais. As três primeiras seções têm o objetivo de indicar como as categorias apresentadas por Marx, do Livro Primeiro ao Livro Terceiro de *O capital*, podem esclarecer o movimento de reprodução do capital em sua essência e, ao mesmo tempo, conterem elementos mistificadores postos pela mediação do fetichismo e da reificação, imanentes a essa forma social. A seção quarta coloca em evidência apreensão teórica fetichizada e reificada dessa sociedade pela economia política clássica e pela chamada economia vulgar, ambas criticadas por Marx. Como considerações finais, apresentam-se as classes sociais como personificação das coisas cujos sujeitos são proprietários e das quais derivam sua função e inserção econômicas. Demarca-se que a mistificação do modo de produção capitalista serve à ideologia burguesa e que apenas a crítica desmistificadora revela o caráter ontologicamente desigual e histórico dessa forma social.

### ***1. Livro Primeiro: o misterioso da forma mercadoria, a mais-valia que se revela e o capital***

*O capital* é um enorme continente teórico, o qual desnuda a realidade em que o capital busca sua valorização, mediante a apropriação de trabalho não-pago ao trabalhador. O início da jornada se dá pela sua forma mais elementar, a mercadoria. O elemento mais simples em que aparece a riqueza material da sociedade capitalista, tal como anuncia Marx na primeira frase desta obra, carrega consigo uma grande complexidade, que será chave de compreensão do fetichismo e da reificação/coisificação<sup>3</sup>.

A mercadoria é uma unidade contraditória entre valor de uso e valor. Enquanto valor de uso, satisfaz necessidades humanas. Não há aí nada enigmático. Porém, as relações sociais capitalistas – que se assentam numa divisão social do trabalho e na propriedade privada, específicas ao capital – impõe produtos na forma de mercadoria, que não satisfaz as necessidades de seu produtor, mas de outros, pela troca. A troca só se realiza mediante o valor que se manifesta por meio do valor de troca, o qual aparece como proporção quantitativa pela qual duas mercadorias podem ser igualadas.

---

<sup>3</sup> Não vamos entrar aqui no mérito da tradução, mas indicaremos algumas opções e interpretações. Netto (1981, p. 18) diz preferir a tradução por reificação, cuja origem é do latim *res* que significa coisa. Em *O capital* nas edições da Abril Cultural da década de 1980 e na da Boitempo, a partir de 2013, os tradutores também utilizaram o termo “reificado” inclusive para *sachlich* e *dinglich*, de *sache* e de *ding*, que significam “coisa”, para o que Rubens Enderle, tradutor da edição da Boitempo, observa que ocasionalmente utilizou a palavra “materialmente”. Pedro Scaron, tradutor da versão espanhola publicada pela *Siglo Veintiuno*, usou a expressão “*relaciones propias de cosas*”, em lugar de relações reificadas ou relações coisificadas. Na tradução de 2011 dos *Grundrisse*, também pela Boitempo, Mário Duayer, na mesma direção de Scaron, preferiu a expressão “relação *coisal*”, ou “relação coisificada”.

Sobre o valor, afirma Marx: “É, portanto, apenas o quantum de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso o que determina a grandeza de seu valor” (MARX, 1985a, p. 48). Os possuidores de mercadorias as produzem privadamente, de forma independente, no entanto, logo se revela “a dependência recíproca e multilateral dos indivíduos [...]” (MARX, 2011, p. 105). Enquanto valor de uso, a utilidade da mercadoria só é revelada na troca, na medida em que seja necessária à satisfação das necessidades de outros; enquanto valor, as mercadorias se constituem pelo trabalho social médio, que só é validado na troca. Dessa forma, a conexão social entre os produtores é intrínseca a forma mercadoria e mediada por ela.

A mercadoria, por sua vez, é resultado da dualidade do trabalho: por um lado, tem-se o trabalho que é “[...] condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade [...]” (MARX, 1985a, p. 50), este é o trabalho útil, trabalho concreto do qual resultam as características que fazem de um produto um valor de uso; por outro, “[...] o valor da mercadoria representa simplesmente trabalho humano, dispêndio de trabalho humano sobretudo” (p. 51), ao qual se abstrai de qualquer característica que faria deste um trabalho útil, este é o trabalho abstrato, substância do valor. O trabalho abstrato surge como substância do valor a partir de dadas relações sociais, historicamente colocadas, nas quais a mercadoria torna-se forma hegemônica à satisfação das necessidades.<sup>4</sup> O valor é, portanto, ontologicamente social: “[...] as mercadorias apenas possuem objetividade de valor na medida em que elas sejam expressões da mesma unidade social de trabalho, pois sua objetividade de valor é puramente social [...]” (MARX, 1985a, p. 54). Para que essa objetividade social apareça, ela deve se inserir numa dada relação social, que aqui se põe como uma relação entre mercadorias, pela qual emerge à superfície o valor de troca.

A mercadoria revela-nos a necessária inserção social dos indivíduos e o caráter histórico de sua existência, apresentar-se-ia, portanto, como categoria desmistificadora que desnuda a relação entre seus possuidores, revelando o caráter social de seus trabalhos. Porém, são as mercadorias que aparecem como portadoras das relações sociais, as quais se apresentam como estranhas e independentes à vontade dos produtores.<sup>5</sup> O seguinte trecho é elementar:

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com trabalho total como uma relação social fora deles, entre objetos. (MARX, 1985a, p. 71)

---

<sup>4</sup> “O segredo da expansão de valor, a igualdade e a equivalência de todos os trabalhos, porque e na medida em que são trabalho humano em geral, somente pode ser decifrado [...] numa sociedade na qual a forma mercadoria é a forma geral do produto do trabalho, por conseguinte, também a relação das pessoas umas com as outras enquanto possuidoras de mercadorias é a relação social dominante” (MARX, 1985a, p. 62).

<sup>5</sup> “A troca universal de atividades e produtos, que deveio condição vital para todo indivíduo singular, sua conexão recíproca, aparece para eles mesmos como algo estranho, autônomo, como uma coisa” (MARX, 2011, p. 105)

O caráter social do trabalho aparece coisificado, como mercadoria, mediante a qual as relações sociais se estabelecem, como uma relação entre coisas. O fetichismo da mercadoria mascara às relações sociais e dá elementos para a defesa de sua naturalização. Ao mesmo tempo, as relações sociais visíveis parecem brotar dos objetos, parecem ser dadas por eles e remeterem exclusivamente a eles. Tudo o que há de social aparece como pertencente às coisas e não aos homens, as relações sociais aparecem reificadas.

[...] os trabalhos privados só atuam, de fato, como membros do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio dos mesmos, entre os produtores. Por isso, aos últimos aparecem as relações sociais entre seus trabalhos privados como o que são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre coisas. (MARX, 1985a, p. 71)

A equiparação dos valores que ocorre na troca – em essência equiparação do trabalho humano – não é consciente aos produtores que apenas levam seus produtos ao mercado, a lei do valor se lhes impõe “[...] com violência como lei natural reguladora, do mesmo modo que a lei da gravidade, quando a alguém a casa cai sobre a cabeça” (MARX, 1985, p. 73). Os produtores portam coisas que levam ao mercado, ao fazê-lo equiparam seus trabalhos, “não o sabem, mas o fazem”, de modo que o “valor transforma muito mais cada produto de trabalho em um hieróglifo social” (MARX, 1985, p. 72). A descoberta do valor como fruto do trabalho humano, apresentada pela economia política clássica, no entanto, não resolve a aparência fetichizada imposta pela mercadoria, devido à naturalização, conforme veremos, a que estes são reféns. Afirma Marx (1985a, p. 72):

O que somente vale para esta forma particular de produção, a produção de mercadorias, a saber, o caráter especificamente social dos trabalhos privados, independentes entre si, consiste na sua igualdade como trabalho humano e assume a forma de caráter de valor dos produtos do trabalho, parece àqueles que estão presos às circunstâncias de produção mercantil, antes como depois dessa descoberta, tão definitivo quanto a deposição científica do ar em seus elementos deixa perdurar a forma do ar, enquanto forma de corpo físico.

O desenvolvimento da lei do valor só é desvendado após sua consolidação nas relações sociais mercantis, *post festum*. Seu caráter histórico desaparece e as relações sociais reificadas surgem como que imutáveis e cristalizadas na forma dinheiro: “é exatamente esta forma acabada – a forma dinheiro – do mundo das mercadorias que objetivamente vela, em vez de revelar, o caráter social dos trabalhos privados e, portanto, as relações sociais entre os produtores privados” (MARX, 1985a, p. 73).<sup>6</sup> Tem-se explícito o “[...] caráter mistificador que faz com que as relações sociais, às quais os elementos materiais da riqueza servem como portadores na produção, sejam transformados

---

<sup>6</sup> “Essas coisa, ouro e prata, tais como saem das entranhas da terra, são imediatamente a encarnação direta de todo o trabalho humano. Daí a magia do dinheiro. A conduta meramente atomística dos homens em seu processo de produção social e, portanto, a figura reificada de suas próprias condições de produção, que é independente de seu controle e de sua ação consciente individual, se manifesta inicialmente no fato de que seus produtos de trabalho assumem em geral a forma mercadoria. O enigma do fetiche do dinheiro, é portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante” (MARX, 1985a, p. 85).

em atributos dessas próprias coisas (mercadorias) e, ainda mais explicitamente, a própria relação de produção, em uma coisa (dinheiro)” (MARX, 2017, p. 889).

A mistificação engendrada pelo fetichismo da mercadoria se complexifica e aprofunda, quanto mais caminhamos à concretude das relações sociais capitalistas. Na sociedade capitalista não temos apenas produtores independentes, mas trabalhadores assalariados e capitalistas. Essa relação constitui-se pela transformação do dinheiro em capital, para a qual a circulação de mercadorias é apenas o ponto de partida (MARX, 1985a, p. 125). O dinheiro converte-se em capital ao valorizar-se, ao lhe ser somada mais-valia, e o objetivo da circulação de capital é apenas esse, a valorização do valor “[...] uma finalidade em si mesma, pois a valorização do valor só existe dentro desse movimento sempre renovado. Por isso o movimento do capital é insaciável” (MARX, 1985a, p. 129). O valor de uso não é, portanto, o objetivo imediato da produção capitalista, a mercadoria transforma-se em meio de fazer dinheiro, que, mesmo neste nível bem abstrato na exposição de Marx, aparece mistificadamente como já convertido num montante maior que si mesmo.: “[...] só por meio da mais-valia de 10 libras esterlinas tornam-se as 100 libras esterlinas adiantadas capital, e assim que se tornam isso, assim que é gerado o filho e, por meio do filho, o pai, desaparece a sua diferença e ambos são unos, 110 libras esterlinas” (MARX, 1985a, p. 131).

A fórmula geral do capital se inverte frente a circulação simples ( $M - D - M$ ), e se apresenta como  $D - M - D'$ . No entanto, por trás dessa fórmula, se esconde também um segredo, que se não revelado, parece negar toda a lei do valor. A circulação de capital exige que o dinheiro adiantado seja valorizado e a lei do valor pressupõe troca de equivalentes: “a formação de mais-valia e daí a transformação de dinheiro em capital não pode ser, portanto, explicada por venderem os vendedores as mercadorias acima do seu valor, nem por compradores as comprarem abaixo do seu valor” (MARX, 1985, p. 135). Na solução dessa contradição, Marx lança mais uma pedra fundamental à sua crítica da economia política, falamos aqui da descoberta da mercadoria força de trabalho.

A disponibilidade da força de trabalho no mercado pressupõe determinada forma de distribuição e dadas relações sociais – que inexistiam, por exemplo, ao servo feudal, ou ao escravo da antiguidade – é, pois, um resultado histórico.<sup>7</sup> Como mercadoria, deve possuir um valor, que será equivalente ao valor dos meios de subsistência para manutenção e reprodução dessa força de trabalho, a partir de dadas condições sociais e históricas, pertencentes a diferentes épocas e regiões, uma vez que as necessidades consideradas básicas respondem também a determinações sociais. Na manifestação fenomênica, no entanto, o salário aparece mistificadamente como valor do trabalho. A transação aparente é a de compra e venda de trabalho, e não da capacidade de trabalho.

---

<sup>7</sup> “[...] a compra e venda da força de trabalho, repousa, por sua vez, em uma distribuição dos *elementos* de produção [...] a saber, a separação da força de trabalho, como mercadoria do trabalhador, dos meios de produção, como propriedade de não trabalhadores” (MARX, 1985d, p. 285).

Na esfera da circulação não há como resolver essa aparência mistificadora, pois na compra e venda da força de trabalho, a liberdade e igualdade na qual capitalista e trabalhador se defrontam no mercado é, segundo Marx, “[...] um verdadeiro éden dos direitos naturais do homem”<sup>8</sup>. É preciso caminhar ao processo produtivo para que a essência surja, lá a igualdade aparente da circulação se desmascara no excedente produzido a partir de trabalho não-pago, excedente produzido pelo trabalhador e apropriado pelo capitalista.<sup>9</sup>

Na produção o trabalhador põe sua capacidade de trabalho em ação, realizando simultaneamente o processo de trabalho, na produção de valores de uso, e processo de valorização, na criação de valor e mais-valia. Enquanto no primeiro o trabalhador consome os meios de produção (meios de trabalho e matérias-primas) para produzir valores de uso; no segundo são os meios de produção que consomem a força de trabalho para se valorizarem: os meios de produção se tornam meios de sugar trabalho alheio, há uma inversão entre sujeito e objeto.<sup>10</sup> Para que seja possível a valorização do capital, o trabalhador trabalha por tempo superior ao que corresponde o valor de sua força de trabalho (trabalho necessário), dessa forma, é o trabalho excedente que irá valorizar o capital, na medida em que corresponde a trabalho não-pago, a tempo de trabalho exercido pelo trabalhador, mas apropriado pelo capitalista. Somente assim se consolida a produção capitalista, somente assim a mais-valia é criada.<sup>11</sup>

A genialidade da descoberta da mais-valia se enriquece pela distinção que faz Marx entre capital constante e capital variável. O valor do capital adiantado na aquisição de meios de produção é apenas conservado no produto, não altera seu montante, portanto, denominado de capital constante. Já o valor do capital adiantado na compra de força de trabalho é a única parcela que permite a conversão de dinheiro em capital, pois apenas a mercadoria força de trabalho cria valor novo, ao mesmo tempo em que conserva o valor existente no capital constante. O valor novo criado se divide em duas parcelas correspondentes a divisão da jornada de trabalho, a primeira equivale ao valor da própria força de trabalho, e é trabalho necessário, e a segunda ao trabalho excedente, a mais-valia. Dessa

---

<sup>8</sup> “O que aqui reina é unicamente Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham” (MARX, 1985a, p. 145).

<sup>9</sup> Rumo ao processo produtivo, “o antigo possuidor do dinheiro marcha adiante como capitalista, segue-o o possuidor de força de trabalho como seu trabalhador; um, cheio de importância, sorriso satisfeito e ávido por negócios; o outro, tímido, contrafeito, como alguém que levou a sua própria pele para o mercado e agora não tem mais nada a esperar, exceto o – curtume” (MARX, 1985a, p. 145).

<sup>10</sup> “Encarado o processo de produção do ponto de vista do processo de trabalho, o trabalhador se comportava para com os meios de produção não como capital, mas como simples meio material para sua atividade produtiva racional. [...] Tudo é diferente quando observamos o processo de produção do processo de valorização. Os meios e produção transformaram-se imediatamente em meios para absorção de trabalho alheio. Não é mais o trabalhador quem emprega os meios de produção, mas são os meios de produção que empregam o trabalhador” (MARX, 1985a, p. 244).

<sup>11</sup> “A jornada total de trabalho se subdivide em duas partes. A primeira, em que ele realiza a quantidade de trabalho necessária para a reprodução do valor de seus próprios meios de subsistência: trata-se da parte paga de seu trabalho total, a parte necessária para sua própria manutenção e reprodução. A parte restante da jornada de trabalho, toda a quantidade excedente de trabalho que ele executa para além do trabalho realizado no valor de seu salário, é mais-trabalho, trabalho não pago, representado no mais -valor de sua produção total de mercadorias (e, por isso, numa quantidade excedente de mercadoria) [...]” (MARX, 2017, p. 896-7).

forma, a mais-valia relaciona-se diretamente ao capital variável. Aqui, neste nível de abstração: processo imediato de produção, as coisas ainda parecem mais claras quanto a sua essência.<sup>12</sup>

Por mais que o processo de valorização possa parecer oculto sob o processo de trabalho, e por mais que o salário apareça como valor do trabalho e não da força de trabalho, ambos, trabalhador e capitalista, sabem o que demandar: redução *versus* prolongamento da jornada de trabalho.<sup>13</sup> Esse confronto deriva da essência da produção capitalista, pois os limites impostos ao prolongamento da jornada de trabalho – sejam os físicos, morais ou legislados<sup>14</sup> – parecem limitar o poder do capital de extrair mais-valia do trabalhador. A produção capitalista se inicia apropriando-se do processo produtivo tal como encontra historicamente, e nesse particular, “a oficina do mestre artesão é apenas ampliada” (MARX, 1985a, p. 257). Esse processo, pelo qual só é possível a extração de mais-valia em forma absoluta (pelo prolongamento da jornada de trabalho), cederá lugar à produção especificamente capitalista, a subsunção real do trabalho ao capital tomará lugar da subsunção formal, como fruto do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, relegando ao trabalhador um papel supérfluo ou de mero apêndice.<sup>15</sup> A história do modo de produção capitalista se confunde com o desenvolvimento das forças produtivas, meio para extração de mais-valia em sua forma relativa, a partir da diminuição do trabalho necessário numa dada jornada de trabalho.<sup>16</sup> Esclarece Marx:

A produção de mais-valia absoluta gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais. Ela supõe portanto um modo de produção especificamente capitalista, que com seus métodos, meios e condições nasce e é formado naturalmente apenas sobre a base da subordinação formal do trabalho ao capital. No lugar da formal surge a subordinação real do trabalho ao capital. (MARX, 1985b, p. 106)

Como consequência de assumir sua forma específica, o capital parece ganhar autonomia diante do trabalhador e aparece como verdadeiro sujeito do processo produtivo, não como relação social e sim de forma reificada, como meio de trabalho. Esse fato se demonstra primeiro na medida

---

<sup>12</sup> “No processo imediato de produção, a coisa ainda é simples. A mais-valia ainda não tomou nenhuma forma particular, excetuada a própria forma que apenas a distingue do valor do produto no sentido de equivalente ao valor reproduzido no produto. Como o valor em geral se reduz a trabalho, a mais-valia se reduz a trabalho excedente, a trabalho não pago. Por isso, só se mede a mais-valia pela parte do capital a qual altera de fato o valor dele – o capital variável, a parte do capital despendida em salário. O capital constante se revela apenas condição que permite a operação da parte variável do capital” (MARX, 1980-85, p. 1520-1).

<sup>13</sup> “O capitalista afirma seu direito como comprador, quando procura prolongar o mais possível a jornada de trabalho e transformar onde for possível uma jornada de trabalho em duas. [...] e o trabalhador afirma seu direito como vendedor, quando quer limitar a jornada de trabalho a determinada grandeza normal” (MARX, 1985a, p. 190).

<sup>14</sup> Ver capítulo VIII do Livro Primeiro de *O capital* de Marx (1985a).

<sup>15</sup> Acerca de subsunção real e formal e a relação dessas formas de subsunção do trabalho ao capital com a extração de mais-valia absoluta e relativa, ver Marx (1985c) e “Aditamentos” em Marx (1980). Em *O capital* essa temática aparece de forma muito sintética. Cabe ainda uma última advertência: a mais-valia relativa e absoluta não são de forma alguma excludentes, como bem demarca Marx em seu capítulo XIV do Livro Primeiro de *O capital*.

<sup>16</sup> “O desenvolvimento da força produtiva do trabalho, no seio da produção capitalista, tem por finalidade encurtar a parte da jornada de trabalho durante a qual o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo, justamente para prolongar a outra parte da jornada de trabalho durante a qual pode trabalhar gratuitamente para o capitalista” (MARX, 1985a, p. 255).

em que quaisquer ganhos de força produtiva frutos do desenvolvimento do trabalho social, aparecerem como frutos do capital: “[...] o capital já se transforma num ente altamente místico, na medida em que todas as forças produtivas sociais do trabalho aparecem como forças pertencentes ao capital, e não ao trabalho como tal [...]” (MARX, 2017, p. 890). Em segundo lugar, esse processo ganha nova dimensão a partir da grande indústria, cuja base técnica é a maquinaria<sup>17</sup>. A inversão fetichizada que faz do capital, coisificado nos meios de trabalho, o sujeito do processo produtivo parece tornar-se palpável:

Toda a produção capitalista, à medida que ela não é apenas processo de trabalho, mas processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas, que, pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador: só, porém, com a maquinaria é que essa inversão ganha realidade tecnicamente palpável. Mediante sua transformação em autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto que domina e suga a força de trabalho viva. (MARX, 1985b, p. 43-4)

Até agora analisamos o processo de produção do capital em sua forma mais imediata, pela qual Marx revela a origem da mais-valia. A sociedade, qualquer que seja, precisa constantemente consumir e se reproduzir, assim “[...] todo processo social de produção é, portanto, processo de reprodução” (MARX, 1985b, p. 153). Na sociedade capitalista a reprodução será reprodução do capital e sua acumulação. O processo de reprodução faz emergir a essência do modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que contém elementos mistificadores. Em primeiro lugar, a reprodução, ainda em sua forma simples, exige um fluxo de contratos entre trabalhadores e capitalistas, o qual explicita que o capital adiantado que compra a força de trabalho é, na realidade, antes reproduzido pelo trabalhador, o qual só recebe o salário após o término do contrato. O salário está contido no produto de seu trabalho, mas cuja forma monetária mistifica.<sup>18</sup> A reprodução também demonstra que num prazo maior ou menor todo capital equivale a mais-valia apropriada: “Se, ao entrar no processo de produção, ele tinha sido propriedade pessoal adquirida mediante trabalho de seu aplicador, mais cedo ou mais tarde torna-se valor apropriado sem equivalente ou materialização, seja em forma monetária ou outra, de trabalho alheio não pago” (MARX, 1985b, p. 156).

O trabalhador produz um produto que contém seu salário e a mais-valia, a qual, após alguns ciclos, equivale ao montante do capital adiantado pelo capitalista. O próprio consumo pessoal do trabalhador, na medida em que deve ser contínuo e que o reproduz como portador de força de trabalho, surge como momento do processo de reprodução. O trabalhador, enquanto classe, está o tempo todo sob a égide da reprodução do capital, não há, portanto, nenhuma independência, mesmo

---

<sup>17</sup> “Como maquinaria, o meio de trabalho adquire um modo de existência material que pressupõe a substituição da força humana por forças naturais e da rotina empírica pela aplicação consciente das ciências” (MARX, 1985b, p. 17). Com a maquinaria “a atividade do trabalhador, limitada a uma mera abstração da atividade, é determinada e regulada em todos os aspectos pelo movimento da maquinaria, e não o inverso” (MARX, 2011, p. 581).

<sup>18</sup> Como eram quaisquer fundos de trabalho reservados aos produtores para sua subsistência, ao que Marx exemplifica na relação entre servo e senhor no feudalismo. (MARX, 1985b, p. 154-5)

na esfera da circulação<sup>19</sup>. Porém, o caráter individual da transação de compra e venda de força de trabalho e sua constante renovação engendram a aparência mistificadora de independência.

Ao analisar a reprodução ampliada – em que a mais-valia é capitalizada (convertida em capital constante e capital variável adicionais) e apenas parte dela consumida – é possível demonstrar que o processo de acumulação do capital garante ao capitalista, por um lado, um acúmulo cada vez maior de capital, por outro, a garantia de consumo crescente e de luxo. A abstinência não é uma exigência, mas é mistificadamente vista como renúncia ao prazer em prol da acumulação. Em essência, como o capitalista serve ao capital, o que aquele consome individualmente é retirado deste, mas isso dá subsídios a vulgarização típica do utilitarismo, que vê na abstinência do capitalista o segredo da acumulação.<sup>20</sup> Na realidade é o trabalhador que renuncia, forçosamente, “[...] a todos os prazeres da vida” (MARX, 1985b, p. 173). O ônus é sempre do trabalhador e “nem poderia ser diferente num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de valorização de valores existentes, ao invés de a riqueza objetiva existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador” (p. 193). Como nos pontua Marx (1985b, p. 219), o consumo esbanjador do rico e sua conexão com a miséria dos trabalhadores só se revela com as leis econômicas.

Ao desvendar a *Lei geral da acumulação capitalista*, Marx desmistifica os limites impostos pela oferta da força de trabalho à acumulação capitalista<sup>21</sup>, ao perceber que essa acumulação não é apenas quantitativa, mas também qualitativa. O desenvolvimento das forças produtivas decorre num crescimento do capital adiantado maior do que de sua parcela variável, alterando a composição orgânica do capital. Uma massa maior de meios de produção não exige um aumento proporcional de força de trabalho: “Por um lado, o capital adicional no decurso da acumulação atrai, portanto, em proporção a seu tamanho, menos e menos trabalhadores. Por outro lado, o velho capital, reproduzido periodicamente em nova composição, repele mais e mais trabalhadores anteriormente ocupados por ele” (MARX, 1985b, p. 198). Surge um exército industrial de reserva, força de trabalho disponível às flutuações da acumulação capitalista, ou trabalhadores relegados à miséria por não conseguirem vender sua única mercadoria. Esse processo engendra a concorrência entre trabalhadores, que permite sua superexploração e intensificação do trabalho: “o sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital” (MARX, 1985b, p. 203). A permuta entre trabalhadores e capitalistas torna-se

---

<sup>19</sup> “O escravo romano estava preso por correntes a seu proprietário, o trabalhador assalariado o está por fios invisíveis. A aparência de que é independente mantida pela mudança contínua dos padrões individuais e pela *fictio juris* [ficção jurídica – NT] do contrato” (MARX, 1985b, p. 158)

<sup>20</sup> Ao que a ciência econômica ainda nos dias de hoje está familiarizada. Marx (1985b, p. 185) apresenta uma crítica a Bentham e o chama de “[...] gênio da estupidez burguesa”.

<sup>21</sup> Presentes na economia política clássica, com destaque a David Ricardo.

cada vez mais desfavorável aos primeiros. Quanto maior a riqueza produzida pela acumulação capitalista, maior a pauperização relativa do trabalhador, específica a esse modo de produção, sem que a pauperização absoluta deixe de existir. Essa realidade reflete a reificação que coloca o trabalhador como objeto da valorização e o capital coisificado como sujeito. Ao mesmo tempo, é mais um exemplo do fetichismo, pois a produtividade do trabalho social de trabalhadores, que serve apenas ao capital, se impõe como pauperismo ao trabalhador: “Assim como na religião o ser humano é dominado pela obra de sua própria cabeça, assim, na produção capitalista, ele o é pela obra de sua própria mão” (p. 193). Nenhum controle tem o trabalhador sobre a oferta da força de trabalho, essa é fruto da própria acumulação, à qual resta ao trabalhador adaptar-se, mas carregando nos ombros a responsabilidade de uma inserção que individualmente não controla.

## **2. Livro Segundo: o fetichismo na circulação e a reificação no capital fixo e circulante**

Em seu Livro Segundo, *d'O capital*, Marx apresentará o processo de circulação, o qual “eclipsa, obscurece a conexão” (MARX, 1980-85, p. 1521) ao entendimento da origem da mais-valia. Aqui, assim como no Livro Primeiro, a relação essência e aparência e a mediação do fetichismo também apareceram de forma dinâmica e contraditória, de modo até mais explícito do que no Livro Primeiro. Ao apresentar a circulação e metamorfoses do valor-capital, em suas funções de capital-dinheiro (D), capital produtivo (P) e capital-mercadoria (M'), as quais compõe o capital industrial, Marx demonstra os limites e possibilidades de entendimento da sociedade capitalista pela ótica de cada uma dessas formas funcionais do capital em seu ciclo.

O ciclo do capital-dinheiro (D–M...P...M'–D'), cuja função se inicia na esfera da circulação, revela que a relação D – FT é o específico dessa sociedade, não por ser força de trabalho (FT) a essência da valorização do capital, mas porque aparece a possibilidade de se trocar dinheiro (D), enquanto salário, por trabalho: a força de trabalho aparece como mercadoria disponível e apartada dos meios de produção. Ao mesmo tempo, tendo por origem e fim o dinheiro, revela que o objetivo do ciclo não é a obtenção de valor de uso, mas de valor<sup>22</sup>: “a produção de mais-valia por meio do valor não é apenas expressa como alfa e ômega do processo, mas expressamente na reluzente forma dinheiro” (MARX, 1985d, p. 44). No entanto, capital-dinheiro é, segundo Marx, o mais unilateral dos ciclos. Ao poder executar como capital-dinheiro apenas as funções do dinheiro, faz com que se deduza o capital como tendo origem no dinheiro em si, próprio do fetiche do dinheiro, tal como entendiam os mercantilistas. Da mesma forma, este ciclo (D – D') esconde qualquer vestígio do processo produtivo, ou o mantém apenas como mediação incômoda: “O caráter ilusório de D–M...P...M'–D' e a interpretação ilusória que lhe corresponde surge assim que essa forma é fixada

---

<sup>22</sup> “Exatamente porque a figura monetária do valor é sua forma autônoma, palpável, de manifestação, a forma de circulação D ... D', cujo ponto de partida e o ponto de chegada é o dinheiro real, expressa de modo mais palpável o motivo condutor da produção capitalista – fazer dinheiro” (MARX, 2015d, p. 44).

como ocorrendo uma única vez, não como forma fluente, que se renova constantemente; portanto ela é considerada não uma das formas do ciclo, mas sua forma exclusiva” (MARX, 1985d, p. 46-7).

O ciclo do capital produtivo (P...M'–D'–M...P) explicita o processo de valorização já no primeiro estágio (P...M'), assim como a necessidade de continuidade ao ciclo do capital industrial, pois após realizar o capital-mercadoria em sua metamorfose como capital-dinheiro (M'–D') exige nova compra dos elementos do processo de produção (D–M) para completar seu ciclo. A acumulação de capital se explicita pela reprodução ampliada ( $P' > P$ ) e demonstra o capital-dinheiro não mais como forma autônoma: “a reduz a uma forma apenas específica” (MARX, 1985d, p. 55). Porém, o capital produtivo abre margem à naturalização das relações sociais capitalistas, por assumir a forma de elementos que pertencem a produção em geral, seja ela capitalista ou não<sup>23</sup>:

[...] o capital industrial, em sua forma de capital produtivo, só pode ser constituído pelos mesmos elementos, como qualquer outro processo de trabalho formador de produtos: por um lado, condições objetivas de trabalho (meios de produção); por outro, força de trabalho que se ocupa produtivamente (tendo em vista um fim). Assim com o capital industrial dentro da esfera da produção só pode existir na composição correspondente ao processo de produção em geral, portanto também ao processo de produção não-capitalista [...]. (MARX, 1985d, p. 60)

Por fim, o ciclo do capital-mercadoria (M'–D'–M...P...M') sinaliza o capital social global, aponta para além de seu ciclo individual, uma vez que indica, em sua forma expandida, tanto o consumo produtivo da mais-valia (que exige a existência das mercadorias: meios de produção e força de trabalho), como consumo individual, como rendimento do capitalista, o que pressupõe mercadorias com valores de uso distintos daquele que carrega, portanto, aponta para mercadorias que são frutos da produção de outrem: “em todas essas suas peculiaridades, esse ciclo aponta para além de si mesmo como ciclo isolado de um capital meramente individual” (MARX, 1985d, p. 72)<sup>24</sup>. O lado mistificador é dado pelo fato da produção e reprodução dependerem da existência de mercadorias distintas que se confrontam na circulação, o que engendra a aparência de que o processo de produção se funda apenas na circulação de mercadorias e que apenas dela surgem seus elementos constitutivos.

Para superar os limites dessas formas é preciso encarar o ciclo do capital industrial em sua totalidade, no qual o capital aparece em constante movimento. Isso, por si só, já desmistifica a forma reificada assumida pelo capital, como sintetiza Marx nesta passagem:

O capital, enquanto valor que se valoriza, abrange não só relações de classe, mas determinado caráter social que repousa sobre a existência do trabalho como trabalho assalariado. É um movimento, um processo de circulação por diferentes estágios que, por sua

---

<sup>23</sup> Não é à toa que Marx atribui o olhar a partir do capital produtivo à economia política clássica.

<sup>24</sup> O *Tableau Économique* de Quesnay parte desse ciclo, e, portanto, pressupõe corretamente a relação interdependente de classes sociais e setores produtivos em sua oposição as mercantilistas. (MARX, 1985d, p. 73)

vez, novamente abrange três formas diferentes do processo de circulação. Só pode, por isso, ser entendido como movimento e não como coisa. (MARX, 1985d, p. 78)<sup>25</sup>

Em seu movimento sempre renovado, o valor-capital aparece simultaneamente na produção e na circulação. O ciclo global do capital é composto por tempo de produção e por tempo de circulação, que juntos constituem uma rotação do capital. O tempo de produção, por sua vez, é composto por tempo de trabalho e por pausas. O único momento em que ocorre o processo de valorização é no tempo de trabalho. “O tempo de circulação do capital limita, portanto, em geral seu tempo de produção e, por isso, seu processo de valorização” (MARX, 1985d, p. 91). No entanto, é na circulação que são adquiridos os elementos do processo de produção (D–M) e que o capital-mercadoria se realiza como capital-dinheiro (M’–D’). Ainda que nesses processos o valor-capital apenas mude de forma, mantendo seu valor, o fato da capitalização da mais-valia se dar na circulação, pela compra de capital variável e capital constante adicionais, como o fato desta mesma mais-valia, somada ao capital adiantado, se realizar nesta esfera, criam a aparência da circulação como origem do excedente:

[...] qualquer que seja o mais-valor que o capital tenha extraído no processo imediato de produção e tenha representado em mercadorias, o valor e o mais-valor incorporados nas mercadorias não de realizar-se no processo de circulação. E tanto a restituição dos valores adiantados na produção, como, sobretudo, o mais-valor incorporado nas mercadorias parecem não só se realizar na circulação, mas surgir dela [...]. (MARX, 2017, p. 890)

A esfera da circulação, além de ser a esfera da igualdade e liberdade, como indicado no Livro Primeiro, é a esfera da concorrência, na qual se apresentam acasos e revoluções do valor, que parecem ocultar as mediações e se impor de modo independente dos produtores, de forma fetichizada, o que ficará mais evidente na próxima seção.

Por fim, na circulação surgem as figuras do capital fixo e circulante, constitutivos do processo produtivo, cuja distinção encontra-se na necessidade de sua reposição: ou cada ciclo de produção, a cada rotação, como no caso do capital circulante; ou de perdurar para além dele, como no caso do capital fixo. Por essa distinção, capital variável surge ao lado das matérias-primas, como capital circulante, o que oculta o segredo da origem da mais-valia. Explicita Marx: “[...] a identidade que o capital variável e o elemento fluido do capital constante assumem na *rotação*, a diferença essencial entre os mesmos no *processo de valorização* e na formação de mais-valia é ocultada, portanto todo o segredo da produção capitalista é ainda mais obscurecido [...]” (MARX,

---

<sup>25</sup> O trecho a seguir, presente na última seção de *O capital* é um dos poucos em que encontramos uma perfeita categorização do capital não como coisa, mas como relação social: “Porém, o capital não é uma coisa, mas uma determinada relação social de produção, que pertence a uma determinada formação histórico-social, representa-se numa coisa e confere a esta um caráter especificamente social. O capital não consiste na soma dos meios de produção materiais e produzidos. Ele consiste nos meios de produção transformados em capital, meios que, em si, são tão pouco capital quanto o ouro ou a prata são, em si mesmos, dinheiro. Consiste nos meios de produção monopolizados por determinada parte da sociedade, os produtos e as condições de atividade da força de trabalho autonomizados precisamente diante dessa força de trabalho, que se personificam no capital mediante essa oposição” (MARX, 2017, p. 877).

1985d, p. 149). A distinção entre capital fixo e circulante não deriva de sua função no processo de valorização, mas de seus atributos como coisas, o que leva novamente à reificação das relações sociais e, ao mesmo tempo, fornece elementos para a naturalização dessas relações, uma vez que atributos gerais do processo produtivo são utilizados para caracterizar elementos que respondem a funções sociais na valorização do capital, como o são o valor da força de trabalho, enquanto capital variável, e o dos meios de produção, enquanto capital constante.<sup>26</sup> Conclui Marx:

[...] completa-se assim o fetichismo peculiar à Economia burguesa que transforma o caráter social, econômico, que se imprime às coisas no processo social de produção, num caráter natural, oriundo da natureza material dessas coisas. [...] Não se trata aqui de definições sob as quais as coisas são classificadas. Trata-se de funções determinadas que são expressas em categorias determinadas. (MARX, 1985d, p. 168)

O Livro Segundo apresenta-nos a mediação do processo de circulação do capital, que somado ao processo imediato de produção, presente no Livro Primeiro, nos revela mais determinações da economia capitalista. No entanto, percebe-se que o processo de circulação, num nível mais concreto da análise, apresenta-nos mais elementos mistificadores e relações reificadas.

### **3. Livro Terceiro: a cristalização do fetichismo e da reificação**

A análise do processo global de produção capitalista é temática do Livro Terceiro e, como veremos, é intenso em categorias mais aparentes<sup>27</sup>, mas que, ao mesmo tempo, dão corpo e põe a prova a crítica da economia política de Marx. A primeira categoria a se relevar é a de preço de custo. O preço de custo surge como o valor da mercadoria. Enquanto o valor em essência é dado pela soma do capital constante, capital variável e mais-valia ( $c + v + m$ ), o preço de custo aparece apenas como o valor necessário para repor o capital adiantado, ou seja, como  $c + v$ . Marx (1986a, p. 24) esclarece que o valor da mercadoria é dispêndio de trabalho (trabalho morto transferido dos meios de produção e trabalho vivo, que produz o equivalente ao valor da força de trabalho e ainda mais-valia) e não dispêndio de capital. O preço de custo mistifica o valor e expurga da produção a mais-valia, que surge na forma de lucro.<sup>28</sup>

O lucro imediatamente irá reforçar o papel indiferenciado dos componentes do capital quanto ao valor: o capital adiantado se contrapõe ao lucro em sua totalidade, e não mais como em essência se contrapõe o capital variável à mais-valia: “o mais-valor, na forma de lucro, já não se refere à parte do capital desembolsada em trabalho, do qual ela deriva, mas ao capital total”

---

<sup>26</sup> “No tocante ao processo de circulação [...] [cabe] observar ainda que as definições que têm origem no processo de circulação cristalizam-se como atributos de espécies determinadas de capital, fixo, circulante etc., e assim aparecem como qualidades dadas que materialmente pertencem a determinadas mercadorias” (MARX, 1980-85, p. 1525).

<sup>27</sup> “As configurações do capital, como as desenvolvemos nesse livro, apresentam-se, portanto, passo a passo, da forma em que elas aparecem na superfície da sociedade, na ação dos diferentes capitais entre si, na concorrência e na consciência costumeira dos agentes da produção” (MARX, 1986a, p. 23).

<sup>28</sup> “O lucro, tal como o temos inicialmente ante nós, é, portanto, o mesmo que a mais-valia, apenas numa forma mistificada, que, no entanto, brota necessariamente do modo de produção capitalista”. (MARX, 1986a, p. 29)

(MARX, 2017, p. 891). A taxa de lucro surge a partir da taxa de mais-valia, diferenciando-se desta e ainda podendo caminhar em direção distinta: “assim, a mais-valia já possui, na primeira configuração do lucro, uma forma que, além de não permitir a identidade dele com a mais-valia, com o trabalho excedente, parece contradizer este de imediato” (MARX, 1980-85, p. 1521). Esta mistificação se reforça pelo fato de o lucro aparecer como um acréscimo ao dito valor da mercadoria, ao preço de custo, a partir de sua venda. O lucro aparece, assim, como oriundo da circulação. Esclarece Marx (1986a, p. 30):

O excedente de valor, ou mais-valia, realizado por ocasião da venda da mercadoria aparece, por isso, ao capitalista como excedente de seu preço de venda sobre seu valor, ao invés de como excedente de seu valor sobre seu preço de custo, de modo que a mais-valia contida na mercadoria não se realiza pela venda desta, mas se origina da própria venda.

Essa aparência recebe caráter fetichista quando se apresentam o lucro médio e o preço de produção. Ao capitalista seu lucro varia de acordo com seu capital adiantado, no entanto, em essência, capitais iguais só apresentam taxas de lucro iguais se estes têm a mesma rotação do capital, composição orgânica iguais e se são comparados em períodos de tempo iguais, condições para apresentarem a mesma massa de mais-valia, a ser transmutada em lucro. A partir desse pressuposto, se colocariam duas opções a capitais de mesma grandeza: a) apresentarem taxas de lucro distintas a partir da ótica do valor, o que contraria a concorrência e o modo de reprodução observado; ou b) apresentarem taxas de lucro iguais, o que negaria a teoria do valor.<sup>29</sup>

Esse aparente paradoxo se resolve pela formação do preço de produção, cuja origem se dá pela soma do preço de custo com o lucro médio, o qual surge a partir de uma taxa geral de lucro, socialmente determinada na relação do volume do capital total existente com a massa de mais-valia total.<sup>30</sup> Fica explícito ao capital que ele mesmo é a fonte de seu lucro, pois o lucro parece ser dado pelo capital adiantado, além do que se difere da mais-valia tanto pela sua expressão enquanto taxa de lucro, como agora também em montante, enquanto lucro médio<sup>31</sup>:

[...] apaga-se por completo e não é mais reconhecível a relação do lucro com a composição orgânica do capital. Pelo contrário, fica imediatamente palpável que capitais de igual magnitude que põem em movimento quantidades bem diversas de trabalho excedente e em consequência produzem quantidades bem diversas de mais-valia, dão lucro de magnitude igual. (MARX, 1980-5, p. 1522).

O preço de mercado é aquele pelo qual a mercadoria é vendida a partir das relações de oferta e procura. A exemplo de outras categorias de *O capital*, o preço de mercado, por um lado, demonstra aspectos determinantes da essência da economia capitalista, por outro, é responsável por

<sup>29</sup> “Parece, portanto, que aqui a teoria do valor é incompatível como o movimento real, incompatível com os fenômenos factuais da produção, e portanto haveria que renunciar de todo a compreender estes últimos” (MARX, 1986a, p. 118)

<sup>30</sup> “Essas diferentes taxas de lucro são igualadas pela concorrência numa taxa geral de lucro, que é a média de todas essas diferentes taxas de lucro. O lucro que, de acordo com essa taxa geral de lucro, cabe a um capital de grandeza dada, qualquer que seja sua composição orgânica, chama-se lucro médio” (MARX, 1986a, p. 123-4)

<sup>31</sup> “Em regra, lucro e mais-valia, e não apenas suas taxas, são agora grandezas realmente diferentes” (MARX, 1986a, p. 130).

grande parte das confusões e desdobramentos mistificadores da teoria econômica. O valor por trás dos preços de mercado – e em relação ao qual estes últimos oscilam – é oculto por uma enorme cadeia de mediações, que passam pelo preço de produção, lucro médio, taxa geral de lucro, taxa de lucro, lucro e preço de custo. Não sem antes perder conexões essenciais do processo produtivo quando a este se soma o processo de circulação. Porém, o papel da lei do valor na concorrência é apresentado por Marx (1986a, p. 138), no seguinte trecho: “qualquer que seja o modo como os preços das várias mercadorias são, de início, fixados ou regulados reciprocamente, a lei do valor domina seu movimento. Onde o tempo de trabalho exigido para produzi-las diminui, os preços caem; onde ele sobe, sobem os preços, com as demais circunstâncias constantes”. A essência se impõe como legalidade social, confirmada também no fato de que a soma das diferenças entre lucro médio e mais-valia se compensam quando se analisa o capital social total.

A concorrência, ao dar movimento aos preços de mercado, como também equalizar da taxa geral de lucro, faz com que preços e o próprio lucro sejam reguladores na distribuição de capital e trabalho, e não apenas na distribuição de produtos. Fica explícito que as relações de produção capitalistas são intrinsecamente ligadas às relações de distribuição, pois as medeiam e condicionam.

As chamadas relações de distribuição correspondem a – e derivam de – formas especificamente sociais e historicamente determinadas do processo de produção e das relações que os homens estabelecem entre si no processo de reprodução de sua vida. O caráter histórico dessas relações de distribuição é o caráter histórico das relações de produção, das quais aquelas só expressam um aspecto. (MARX, 2017, p. 945)<sup>32</sup>

Essa distribuição cumpre não só papel do lado da oferta, deslocando trabalho e capital, mas também da procura, uma vez que a relação entre capital e trabalho se reflete na divisão do valor novo em salário e mais-valia (e esta, na relação entre capitalistas, na sua divisão em lucro, juro e renda fundiária). Os rendimentos se distribuem e se refletem nas necessidades sociais a serem supridas.

O caráter social, e mais que relevante, da lei do valor para reprodução material e social da humanidade é percebido por seu papel na concorrência, que se reflete nos preços de mercado. No entanto, diante de trabalhadores e capitalistas toda “[...] a conexão social da produção só se impõe à arbitrariedade individual na forma de uma lei natural inexorável” (MARX, 2017, p. 943). Isso fica tão mais evidente quando o ímpeto do capital em diminuir seu preço de custo, para usufruir de superlucro, se converte na busca pelo desenvolvimento das forças produtivas, cujo resultado último corresponde a um aumento da composição orgânica do capital e redução do valor das mercadorias individuais. A decisão individual e arbitrária dos capitalistas se reflete na tendência à queda da taxa de lucro, em decorrência de uma massa de mais-valia relativamente menor frente ao volume

---

<sup>32</sup> Marx explicita em seu capítulo XXIV do Livro Primeiro que existem mecanismos de expropriação, portanto de distribuição, que atuam e atuaram na reprodução das relações sociais capitalistas. Porém, constituída essa sociedade, predominam os mecanismos intrínsecos a essa forma social, tal como explícitos no capítulo anterior, da Lei geral de acumulação capitalista.

crescente do capital global ao qual tem de remunerar. Mais uma vez, a decisão individual tem um resultado diverso daquele pretendido.<sup>33</sup> Fica explícito que os capitalistas se movem pela aparência mistificada de seu cotidiano, mas às suas ações se impõem as leis que regem a sociedade capitalistas (que só se explicitam ao emergir a essência), e as quais assumem a forma fetichizada e reificada, estranhas e externas ao sujeito, no caso, como ditames do senhor mercado, cujo humor parece, ainda hoje, reger a economia. O resultado desse processo de rebaixamento do lucro aparece mistificadamente como estratégia do capitalista em se apropriar de uma massa maior de lucro pelo volume maior de mercadorias que tem a oferecer.<sup>34</sup>

Antes de tratarmos do capital a juros, rapidamente indicamos um único elemento resultante da substantivação das formas funcionais presentes na circulação nas formas capital-dinheiro e capital-mercadoria, a saber: o lucro comercial. Fora explícito que o valor não surge na circulação (e nem poderia, considerando-se troca de mercadorias com valores equivalentes), no entanto, tão logo um capital autônomo assume funções exclusivamente comerciais, do dinheiro e da mercadoria, aparece ele, assim como o capital industrial, fonte de seu próprio lucro. Em essência, o capital comercial contribui só indiretamente ao aumento da massa de mais-valia ao, por exemplo, diminuir o tempo de circulação, permitindo mais rotações do capital, o que aumenta a massa de mais-valia anual. Mas não é essa a origem de seu lucro comercial.

Para compreender o lucro comercial deve-se saber que o capital comercial se soma ao capital industrial para comporem o capital social global, ao qual a mais-valia deve remunerar. Dessa forma, a mais-valia produzida pelo segundo é dividida por ambos, mediante a venda – pelo capital industrial ao capital comercial – do produto ao seu preço de produção: preço de custo + lucro médio; preço que, no entanto, é menor do que aquele que seria praticado caso o capital comercial não mediasse a venda ao consumidor. A diferença resulta na existência de uma taxa geral de lucro mais baixa, uma vez que teve remunerar dois capitais distintos.<sup>35</sup> Os custos puros de circulação – necessários às metamorfoses do capital na circulação (D–M ou M’–D’) e antes presentes no capital

---

<sup>33</sup> Lukács (2012) utiliza-se desse exemplo para demonstrar a dialética entre o nível da totalidade e as decisões singulares dos indivíduos, remetendo a famosa assertiva de Marx, em seu *18 Brumário*, de que os homens fazem sua história, mas não nas circunstâncias que escolhem. A relação dialética entre social e individual – explorada por Marx, Engels, Lukács e mesmo na literatura, como em *Guerra e Paz* de Tolstói – está na gênese da economia política no debate sobre liberdade e estado de natureza, presente em Hobbes, Locke e que encontra em Smith uma resposta que demarca o liberalismo econômico e dá corpo a chamada “mão invisível”. O que aqui apenas citamos *en passant*.

<sup>34</sup> “Como na concorrência tudo se apresenta de modo falso, a saber, invertido, o capitalista individual pode imaginar: 1) que ele rebaixou seu lucro individual mediante sua diminuição do preço, mas faz um lucro maior por causa da massa maior de mercadorias que vende; 2) que ele fixa o preço das mercadorias individuais e que determina, por multiplicação, o preço do produto global [...]” (MARX, 1986a, p. 176).

<sup>35</sup> Marx (1986a, p. 215) exemplifica: um capital inicial de 900 (720c + 180v), cujo resultado era uma mais-valia de 180, se apropria de uma taxa de lucro de 20%, realizando o produto ao preço de produção de 1080. O capital comercial surge então como um montante de 100, que exige participação na mais-valia. A mais-valia será agora repartida por 1000, resultando em uma taxa de lucro de 18%. Dessa forma, o preço de produção do capital industrial será agora 900 + 162 (novo lucro médio) = 1062. A esse preço de produção, o capital comercial soma seu lucro médio de 18, proporcional ao seu capital de 100. O produto chega ao consumidor pelos mesmos 1080, mas agora a mais-valia de 180 remunera dois capitais distintos.

industrial – aparecem agora como capital comercial. Eles não produzem mais-valia, mas “[...] ao comerciante eles aparecem como fonte de lucro, que – pressupondo-se a taxa geral de lucro – é proporcional a grandeza desses custos. O dispêndio em custos de circulação é, por isso, para o capital mercantil um investimento produtivo” (MARX, 1986a, p. 226). Agora o lucro parece se desvincular totalmente da produção, surgindo de um capital que em essência só é responsável por metamorfoses formais do valor-capital.

O fetichismo do capital, como valor que se autovaloriza, ganha dimensão e concretude quando se apresenta o capital a juros. É nessa forma que o capital aparece na circulação como mercadoria-capital, que deixa as mãos do prestamista como capital e retorna a ele como capital valorizado: “[...] o dinheiro, à medida que é emprestado como capital, é precisamente emprestado como essa soma de dinheiro que se conserva e se multiplica, que após certo período retorna com um acréscimo e pode sempre de novo passar pelo processo” (MARX, 1986a, p. 259). O fluxo do capital a juros do prestamista ao capitalista funcionante, e seu posterior retorno às mãos do primeiro, surge como um movimento externo ao processo de valorização ( $D-D-M...P...M'-D'-D'$ ), surge como seus dois extremos  $D-D'$ . Por um lado, essa externalidade revela que o antagonismo da riqueza material – que só se faz capital em antítese ao trabalho assalariado – já está dado pela simples propriedade do capital, sem que este esteja no processo produtivo: o título de propriedade do capital a juros já lhe possibilita apropriar-se de trabalho alheio.

No entanto, a aparência de externalidade se aplica também ao juro que reflui ao prestamista, surgindo como pressuposto e não resultado do processo de produção. Em essência o juro é apenas parte do lucro, portanto também da mais-valia, mas surge como preço da mercadoria-capital de forma irracional e contraditória<sup>36</sup>. A taxa de juros é determinada pela concorrência entre capitalista prestamista e capitalista funcionante e aparece como pressuposta à produção, invertendo sua relação com o lucro, que se reduz ao ganho empresarial quando do lucro bruto é deduzido o juro. Por esse processo “[...] é felizmente eliminado o lucro, a forma de mais-valor que caracteriza propriamente o modo de produção capitalista” (MARX, 2017, p. 877). Esse processo se estabelece a partir do momento que, mistificadamente, o ganho empresarial surge como salário do capitalista:

Uma vez que o caráter alienado do capital, sua antítese com o trabalho, é deslocado para além do processo real de exploração, a saber, para o capital portador de juros, o próprio processo de exploração aparece como mero processo de trabalho, em que o capitalista funcionante apenas efetua outro trabalho que o do trabalhador. De modo que o trabalho de explorar e o trabalho explorado são, ambos como trabalho, idênticos. O trabalho de explorar é tanto trabalho quanto o trabalho que é explorado. Ao juro cabe a forma social do capital, mas expressa numa forma neutra e indiferente; ao ganho empresarial cabe a função econômica do capital, mas abstraída do caráter determinado, capitalista, dessa função. (MARX, 1986a, p. 286)

---

<sup>36</sup> O preço deve ser a expressão do valor, mas aqui: “juro como preço de capital é de antemão uma expressão totalmente irracional. Aqui uma mercadoria tem duplo valor: primeiro um valor e, depois, um preço distinto desse valor. [...] Um preço que é qualitativamente diverso do valor é uma contradição absurda” (MARX, 1986a, p. 266)

O capital a juros surge como capital que por si só se valoriza, capital relacionado consigo mesmo e o qual vela toda a mediação do processo produtivo. É, portanto, a forma mais fetichizada e alienada do capital: “como capital portador de juros, e precisamente em sua forma diretamente como capital monetário portador de juros [...] o capital recebe sua forma pura de fetiche, D–D’ como sujeito, como coisa vendável” (MARX, 1986a, p. 294). O fetichismo da mercadoria e do dinheiro apresentavam como externas e reificadas as relações sociais mercantis; o fetichismo do capital era perceptível já na transformação de dinheiro em capital; mas a forma capital a juros, como mercadoria, como coisa, torna concreto, palpável e explícito o fetichismo: um montante de 100, a uma taxa de juros de 10%, vale, de antemão, por sua simples existência, 110.

E o caráter e a figura do capital estão prontos e acabados quando a subjetivação das coisas, a reificação dos sujeitos, a inversão de causa e efeito, o quiproquó religioso, a mera forma D–D’ do capital, apresentam-se e expressam-se, vazios de sentido, sem mediação alguma. Do mesmo modo, a ossificação das relações, sua apresentação como relações dos seres humanos com as coisas dotadas de determinado caráter social, encontram-se aí elaboradas de maneira inteiramente diversa da observada na mistificação simples da mercadoria e na já de maior complexidade, a do dinheiro. Consuma-se a transubstanciação, o fetichismo. (MARX, 1980-5, p. 1535)

Quando parece não haver mais meios para mistificar o modo de produção capitalista, para tornar invisível a apropriação de trabalho alheio por não trabalhadores, nos deparamos com o capital fictício. A partir do surgimento da sociedade de ações, mas também a partir de títulos de dívida pública (sem falar nos mecanismos contemporâneos de derivativos), a apropriação de mais-valia deixa de se relacionar até mesmo com a propriedade do capital. Para exemplificar, as ações, mero título de propriedade, dão direito a uma parcela do lucro futuro na forma de dividendos. Quem detém as ações não possui capital, não detém nenhum parafuso da fábrica. No entanto, seu rendimento aparece como fruto de um capital, um capital fictício.

A coisa é simples: suponhamos que a taxa média de juros seja de 5% ao ano. Uma soma de 500 libras esterlinas, se transformada em capital portador de juros, proporcionaria portanto anualmente 25 libras esterlinas. Considera-se, assim, toda receita fixa anual de 25 libras esterlinas como juro de um capital de 500 libras esterlinas. Isso, entretanto é e permanece sendo uma representação puramente ilusória [...]. (MARX, 1986b, p. 10)

Mesmo um salário de 50 libras pode aparecer como equivalente a um capital de 1000, a uma taxa média de juros de 5%, quando “a loucura da concepção capitalista atinge seu ápice” (MARX, 1986b, p. 11). O valor da força de trabalho nem sequer aparece na forma reificada de valor do trabalho, aparece como oriunda de um capital. O capital fictício passa a exigir um mercado próprio, onde circulam os títulos que dão direito a rendimentos, sejam ações, sejam títulos de dívida pública. Neste mercado, esses títulos são negociados a partir de seu valor capitalizado, que pode variar ou não pela concorrência. Aqui cabe ainda demarcar que dividendos, juros e ganho empresarial são oriundos da mais-valia. Já os rendimentos a partir de títulos da dívida pública têm por fonte

impostos, que só podem provir do valor novo criado pela força de trabalho, seja ele pago pelo capitalista, seja pago pelo trabalhador.

Finalmente, a renda da terra, a qual parece brotar naturalmente do solo. Em sua Seção VI do Livro Terceiro, Marx apresenta-nos a essência da renda fundiária em suas formas de renda diferencial I e II, pelas quais é produzido um lucro extra que será direcionado ao proprietário da terra. Na renda diferencial I, a fonte do lucro extra deriva do investimento de um capital total em áreas de solo com fertilidade variada; e na renda diferencial II por investimentos sucessivos do capital total no mesmo solo. Em ambos, a transferência do lucro extra ao proprietário fundiário deriva da diferença entre o preço de produção geral e preços de produção individuais. Há ainda a renda absoluta que supõe uma composição orgânica menor no ramo agrícola frente a composição média; a mais-valia produzida nesse ramo não pode ser redistribuída, equalizada no lucro médio, devido ao obstáculo imposto pela própria propriedade de terra, a qual surge como uma barreira monopólica e exige uma renda para ceder seu solo, mesmo que este seja o de pior fertilidade.

[...] os produtos agrícolas serão sempre vendidos por um preço monopólico, não porque seu preço se encontre acima de seu valor, mas por estar no mesmo nível ou abaixo dele, porém acima de seu preço de produção. Seu monopólio consiste em não serem nivelados ao preço de produção, como ocorre com outros produtos industriais, cujo valor está situado acima do preço de produção geral. (MARX, 2017, p. 821)<sup>37</sup>

A renda é assim limitada pela mais-valia, mas essa essência extremamente mediada não é apreendida pelos capitalistas ou pela teoria econômica. A renda da terra apresenta-se mistificada por várias circunstâncias, algumas análogas à categorias já apresentadas: 1) a renda fundiária parece brotar do solo, um valor que flui de um valor de uso, forma absurda e reificada, calculada a partir da área de terra (nem sequer é calculada pelo capital adiantado); 2) à terra é atribuído um valor a partir de sua renda capitalizada, sem que ela seja o produto do trabalho; 3) a renda da terra aparece alheia e sem qualquer relação com o capital. Sintetiza Marx (1980-85, p. 1524):

Tantos metros quadrados de terra produzem tanto de renda. Nessa expressão em que parte da mais-valia – a renda (*rent*) – se apresenta em relação com um elemento natural particular, independente da vontade humana. [...] o próprio lucro [...] parece proceder do *capital como elemento particular reificado da produção*. A terra é um elemento da natureza e produz renda (*rent*). O capital consiste em produtos, e estes produzem lucro. Que um valor de uso produzido dê lucro e outro que não é produzido dê renda são apenas duas formas diferentes em que coisas *geram valor*, uma tão inteligível e tão ininteligível como a outra.

Certamente *O capital* apresenta mais elementos que explicitam o fetichismo e a reificação que mistificam a forma se ser, a existência do capital enquanto valor que só se valoriza pela apropriação do trabalho não-pago. São muitas as mediações entre a concretude de como categorias

---

<sup>37</sup> Segundo Gonzales (1977), o aumento na composição orgânica na produção agrícola ao invés de eliminar a renda absoluta, toma como fonte não mais o valor acima do preço, mas o lucro ou o salário, ou seja, de parcela do valor novo que cabe ao trabalhador ou ao arrendatário.

centrais a esse processo se manifestam no cotidiano e a essência que traduz as leis de seu movimento geral. A seguir, indicamos, ainda que rapidamente, como a teoria econômica sucumbe ao fetichismo e reificação próprios do modo de produção capitalista.

#### **4. *Fórmula trinitária ou o como se mascaram as relações sociais capitalistas***

A última seção do Livro Terceiro de *O capital*, denominada “Os rendimentos e suas fontes”, tem como fio condutor a crítica direta de Marx à análise fetichizada e coisificada na teoria econômica.<sup>38</sup> Esta crítica se inicia pela economia vulgar, que “[...] com efeito, não faz mais que interpretar, sistematizar e louvar doutrinariamente as concepções dos agentes presos dentro das relações burguesas de produção” (MARX, 2017, p. 880). A economia vulgar, portanto, nenhum compromisso tem em revelar as leis que regem a sociedade capitalista. Sua apreensão exclusiva da aparência das formas de manifestação do real retira seu status de ciência, tal como se desdobra do entendimento da célebre frase de Marx, a qual está na sequência da passagem acima: “[...] toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente”.<sup>39</sup>

A fórmula trinitária atribui ao capital, à terra e ao trabalho, essencialmente diversos entre si,<sup>40</sup> a capacidade de produzirem rendimento aos seus proprietários. A propriedade do capital permitiria o usufruto de juros, a propriedade da terra o usufruto da renda da terra, e ao proprietário do trabalho o usufruto do salário.

Na fórmula capital-juros, terra-renda fundiária, trabalho-salário, capital, terra e trabalho aparecem respectivamente como fontes de juros (em vez de lucro), e renda fundiária e salário surgem como seus produtos, seus frutos – aqueles são o motivo, estes, a consequência; aqueles a causa, estes o efeito; e isso de modo que cada uma das fontes está separadamente relacionada a seus produtos como aquilo que é derivado e produzido por ela. (MARX, 2017, p. 879)

A fórmula trinitária se completa pela defesa de que juros, renda da terra e salário, somados, correspondem ao valor do produto, *ao invés de surgirem como decomposição do valor, surgem como constituintes do valor*<sup>41</sup>. Há de se notar que a fórmula tem sentido de ser por traduzir a aparência que faz tão parte do real quanto a essência. Explicita Marx:

Ao capitalista, aparece seu capital; ao proprietário fundiário, seu solo; e ao trabalhador, sua força de trabalho, ou melhor, seu próprio trabalho [...] – portanto, fontes de seus rendimentos

---

<sup>38</sup> Há grande paralelo entre esta seção sétima de *O capital* e “Aditamentos: a renda (revenue) e suas fontes. A economia vulgar” publicado no último volume de *Teorias da mais-valia*. Este texto é retirado de seu caderno XV, que precede imediatamente elaborações utilizadas por Engels para publicação do Livro Terceiro, de *O capital* – conforme nos indica nota 169, de Reginaldo Sant’Ana, em Marx, 1980-85, p. 1493-4 – e é leitura imprescindível para esta temática.

<sup>39</sup> Dentre os autores qualificados por Marx (1980) como apologetas, e expoentes do que denomina economia vulgar, temos: Frédéric Bastiat (que trava debates com Pierre-Joseph Proudhon – este em seu socialismo “simplista”); Wilhelm Georg Friedrich Roscher, que segundo Marx inaugurou o ápice da economia vulgar, pois a tornou cátedra e substituiu livros por manuais, “coletâneas”; John Ramsay McCulloch, escocês que vulgarizou Ricardo; Nassau William Senior, talvez o único cuja influência tenha ainda perdurado. Cita ainda pontualmente Karl Arnd, além de aspectos vulgarizadores em Jean-Baptiste Say, John Stuart Mill e mesmo em David Ricardo e Adam Smith.

<sup>40</sup> Como o são “[...] as taxas cartoriais, a beterraba e a música” (MARX, 2017, p. 877).

<sup>41</sup> “De partes em que o valor se pode decompor, convertem-se em elementos independentes que o constituem, tomam-se elementos constitutivos” (MARX, 1980-85, p. 1547).

específicos: o lucro, a renda fundiária e o salário. De fato, o são no sentido de que, para o capitalista, o capital é uma perpétua máquina de sugar mais-trabalho; o solo, um imã inesgotável que atrai para o proprietário fundiário uma parte do mais-valor sugada pelo capital; e, por último, o trabalho é a condição que sempre se renova e o meio de obter, sob a forma de salário, uma parcela do valor produzido pelo trabalhador e, por conseguinte, uma parte do produto social proporcional a essa parte do valor, os meios de subsistência necessários. (MARX, 2017, p. 884-5)

A aparência é tomada pela essência, na mesma medida em que terra, trabalho e capital são tomados de forma reificada. Primeiro a terra, cuja renda parece brotar do solo, como brotam valores de uso, cria-se a aparência irracional e reificada de um valor de uso que produz valor. O capital, por sua vez, não é considerado uma relação social, mas uma coisa, um meio de produção, um valor de uso que participa do processo de produção. Porém, a reificação do capital, tornado meio de produção, não satisfaz ainda a consciência apologética da economia vulgar, pois: “O lucro ainda está ligado ao capital operante, ao processo em que se produz a mais-valia (e o próprio lucro)” (MARX, 1980-85, p. 1528). É por isso que a fórmula trinitária, à economia vulgar, deve aparecer como capital-juro. O juro, portanto, é o “[...] fetiche perfeito. É o capital acabado [...]” (p. 1495), pois existe fora do processo de produção, preexiste a este, e permanece para além deste, como rendimento cuja fonte é o capital por si só, sem qualquer mediação. O lucro, então, encontra figura mistificada ao igualar-se ao salário, desaparece para ressurgir como rendimento pelo trabalho do capitalista: “O *lucro industrial* reduz-se a trabalho, mas não a trabalho alheio, *não pago*, mas a *trabalho assalariado*, salário para o capitalista[...]” (p. 1529). Com o capitalista reduzido à trabalhador assalariado, percebe-se que o par causal trabalho-salário completará a tríade, sem fornecer qualquer racionalidade ou sentido. A concepção de “preço do trabalho” – “[...] algo tão irracional como logaritmo amarelo” (MARX, 2017, p. 881) –, ou valor do trabalho, apenas serve para convencer o capitalista (e o economista vulgar) de que pagou ao trabalhador pelo seu trabalho, quando em essência o que se paga é o valor da força de trabalho. Além disso, o trabalho é despido das relações sociais que levam à venda da força de trabalho, o trabalho é assumido pela sua capacidade de criar valores de uso, não podendo, portanto, ser fonte de valor, aparece assim reificado.<sup>42</sup>

Em capital-lucro, ou, melhor ainda, capital-juros, terra-renda fundiária, trabalho-salário – essa trindade econômica que conecta os componentes do valor e da riqueza em geral com suas fontes –, está consumada a mistificação do modo de produção capitalista, a reificação das relações sociais, o amálgama imediato das relações materiais de produção com sua determinação histórico-social: o mundo encantado, distorcido e de ponta cabeça, em que *monsieur* Le Capital e *madame* La Terre vagueiam suas fantasmagorias como caracteres sociais e, ao mesmo tempo, como meras coisas. (MARX, 2017, p. 892)

---

<sup>42</sup> Marx (2017, p. 879) explicita que terra e trabalho existem como meio e fonte de criação de valores de uso antes de o capital se apresentar como forma hegemônica de produção, portanto é irracional tomá-los em conjunto com o capital, que é o específico, que o é a própria relação social que os molda aos seus ditames. Nos *Grundrisse*, Marx demonstra como a moderna propriedade fundiária é criada pelo capital (MARX, 2011, p. 215-18), e no famoso capítulo XXIV “A assim chamada acumulação primitiva”, no Livro Primeiro de *O capital*, explicita o processo de expropriação do trabalhador de seus meios de trabalho, condição *sine qua non* para a venda de sua força de trabalho e, portanto, sua conversão em trabalhador assalariado.

A reprodução da sociedade capitalista, num processo contínuo que repõe a todo o momento suas condições de existência (como a separação do trabalhador dos meios de produção), reflete-se na vida cotidiana como *ad aeternum*. À naturalização das relações sociais também sucumbiu a economia política clássica.<sup>43</sup> Há de se reconhecer que, diferente da economia vulgar, a economia clássica possui méritos na compreensão da essência do modo de produção capitalista, por, de certa forma, superar a reificação e a aparência autonomizada da riqueza e valor em geral. A economia política clássica participa de um caldo cultural revolucionário que tem por objetivo demarcar as potencialidades da forma social capitalista frente ao feudalismo, revelando, muitas vezes, suas contradições, como explicita Marx (1985b, p. 175): “Ela não se enganou em nenhum momento sobre as dores do nascimento da riqueza [...]”. Dessa forma, a vulgarização da economia, ainda que possa encontrar respaldo em desenvolvimentos “infelizes” de Smith,<sup>44</sup> se solidifica quanto mais a sociedade capitalista se apresenta como contraditória e antitética.<sup>45</sup> O longo trecho a seguir, sintetiza seus avanços no que tange aos rendimentos e à teoria do valor.

A economia clássica procura pela análise reduzir as diferentes formas de riqueza, fixas e estranhas entre-si, à unidade intrínseca delas, despojá-las da configuração em que existem lado a lado, independentes umas das outras; quer apreender a conexão interna que se contrapõe à diversidade das formas da aparência. Por isso, reduz a lucro suplementar a renda fundiária, que cessa com isso de ser forma especial, *independente* e se dissocia de sua fonte aparente, a terra. Do mesmo modo despe o juro de sua forma autônoma e evidencia que é parte do lucro. Reduziu assim à forma única do lucro todas as formas de renda (revenue) e todas as figuras independentes que constituem os títulos sob os quais os não-trabalhadores participam do valor da mercadoria. E o lucro se reduz a mais-valia, uma vez que o valor na mercadoria inteira se reduz a trabalho; a quantidade de trabalho pago contida na mercadoria se reduz a salário; em consequência, o que ultrapassa essa quantidade representa trabalho não pago, objeto de apropriação grátis a diferentes títulos, trabalho excedente que o capital suscita. (MARX, 1980-85, p. 1538)

Ademais dos avanços na compreensão do lucro, juro e renda da terra a partir do trabalho, a naturalização e absolutização das relações econômicas capitalistas desenvolvem-se em contradições que impedem a desmistificação. Smith fornecerá argumentos que contestam suas descobertas acerca do lucro e do valor, ao apresentar renda da terra, salário e lucro como componentes do preço

---

<sup>43</sup> Esse traço fora herdado do jusnaturalismo, enraizado em Adam Smith e assumido por outros da economia política clássica. Nos *Grundrisse* Marx (2011, p. 260-61) nos indica, por exemplo, que Smith assume a “força natural *humana* geral” como essencial à divisão do trabalho e não sua forma específica capitalista, a ele também o “excedente aparece como dádiva natural, como força natural da sociedade” (260). Ricardo segue no mesmo sentido, “nele, capital e trabalho são outra vez concebidos não como forma social histórica determinada, mas como forma social natural para a produção da riqueza” (261). O mesmo traço se apresenta nos fisiocratas, como explicita Marx, ademais dos méritos dessa escola, “[...] o erro estava apenas em ver na lei material de determinado estágio social histórico, uma lei abstrata que rege por igual todas as formas sociais” (MARX, 1980, p. 19).

<sup>44</sup> Na *Teorias da mais-valia* Marx pontua a forma como Say, Stuart Mill e mesmo Ricardo, dão elementos ainda mais poderosos (pois mais misticadores) à economia vulgar, mas apresenta também os elementos vulgares existentes nas elaborações de Smith. Isso fica claro, por exemplo, em Marx, 1980-85, p. 1221, 1539-40.

<sup>45</sup> “A economia, à medida que se aprofunda, apresenta ela mesma contradições, e a ela se contrapõe sua contradição como tal, junto com o desenvolvimento das contradições reais da vida econômica da sociedade. Na mesma medida, a economia vulgar se torna, de maneira consciente, mais *apologética* e procura, à força de charlas, exorcizar as ideias que encerram as contradições” (MARX, 1980-85, p. 1539).

natural. Para não afirmar que “[...] lucro e renda são apenas *deduções* do salário, extorquidas arbitrariamente no processo histórico pelo capital e pela propriedade fundiária, e justificadas *legalmente*, mas não economicamente” (MARX, 2011, p. 260-1), Smith aponta o preço natural (o valor), como a soma dos custos: salário, renda da terra e lucro<sup>46</sup>; seu custo constitui no que valem.

No início [Smith] achava de fato que o valor da mercadoria regulava salário, lucro e renda fundiária. Mas, em seguida, põe-se a trabalhar em sentido contrário (mais próximo da aparência empírica e das ideias correntes), propõe que se calcule e se descubra o preço natural das mercadorias por adição dos preços naturais de salário, lucro e renda fundiária. (MARX, 1980, p. 75)

As consequências serão várias: como o entendimento de que variações de salário impactam no valor, o que leva Ricardo às suas explicações acerca da queda da taxa de lucro, pois a ele “[...] não há outra razão para a redução dos lucros a não ser o aumento dos salários” (RICARDO, 1982, p. 201);<sup>47</sup> ou a dificuldade na compreensão do capital constante (máquinas, equipamentos, matérias-primas), o quarto elemento do valor para Smith (capital fixo): “Os zigzagues de Smith, as contradições, os desvios do tema demonstram que, depois de ter feito do salário, do lucro e da renda fundiária os elementos constitutivos do valor de troca ou do preço total do produto, empacou e teve de parar diante dessa barreira” (MARX, 1980, p. 81).

O fetichismo por trás dos equívocos da economia política clássica, e da completa mistificação da economia vulgar mascaram a essência da acumulação capitalista, cuja base é a apropriação do trabalho não-pago. Essas conclusões servem apenas as classes que se beneficiam dessa sociedade: capitalistas e latifundiários. Nas próximas páginas cabe-nos explorar, à guisa de conclusão, o papel que cabe aos homens nesse processo, papel de meros representantes de coisas. Perceber-se-á que fetichismo e reificação retratam um mundo que justifica os anseios da burguesia.

### ***Considerações finais: reificação e classes sociais***

Na sociedade capitalista as relações sociais são mediadas por coisas, sob esse processo, são naturalizadas e aparecem fetichizadas, aparecem como alheias aos homens. Mas “as mercadorias não podem por si mesmas ir ao mercado e se trocar” (MARX, 1985a, p. 79). Seus guardiões são seus proprietários, mas cujo sentido da ação na produção capitalista será dado pela função que cabe à sua propriedade privada capitalista, seja capital, força de trabalho ou terra. O capitalista surge como personificação do capital, opera assim o comando sobre o trabalhador, direta ou indiretamente, como prestamista ou capitalista funcionante, exige seu rendimento, o rendimento que cabe ao seu capital: o juro (lucro). O proprietário da terra, ainda com ares aristocratas, exige a renda por seu quinhão de terra, a representa e a defende. Já o trabalhador, tem de seu apenas a si próprio, só a ele mesmo representa, e leva seu couro para ser esfolado em troca de uma parca parcela da

---

<sup>46</sup> Ver Smith, 1983, p. 83.

<sup>47</sup> Ver Ricardo, 1982, capítulos VI “Sobre os lucros” e XXI “Efeitos da acumulação sobre os lucros e o juro”.

riqueza material que ele mesmo produz. Capitalistas, proprietários de terra e trabalhadores “[...] formam as três grandes classes da sociedade moderna, fundada no modo de produção capitalista” (MARX, 2017, p. 947). São personificações de capital, terra e trabalho. À cada qual cabe apenas exercer o que lhe exige a mercadoria que detém. O papel a eles atribuído é resultado de relações de distribuição, fundadas e fundantes das relações de produção, no caso, capitalistas.

[...] essas relações de distribuição formam os fundamentos de funções sociais específicas que, no interior da própria relação de produção, competem a determinados agentes desta última, em oposição aos produtores imediatos. Elas conferem, assim, uma qualidade social específica às condições de produção e a seus representantes, determinado completamente o caráter e o movimento da produção. (MARX, 2017, p. 941)

Os pressupostos das relações de produção capitalistas são o produto do trabalho existir como mercadoria e a mercadoria só ser produzida como produto do capital. Por si só essa assertiva carrega consigo todas as contradições que se iniciam pela oposição dialética de valor e valor de uso como unidade contraditória da mercadoria. Segundo Marx, carrega consigo o que “[...] caracteriza todo modo de produção capitalista: a reificação das determinações sociais da produção e a subjetivação das bases materiais da produção” (MARX, 2017, p. 942), portanto, o fetichismo e a reificação que mistificam e dão forma a reprodução das relações sociais capitalistas.

Na medida em que as classes sociais personificam capital, terra e trabalho, o domínio de classes não surge como pessoal, mas reificado. O servo e o escravo reconheciam sua relação de subordinação e dependência frente ao seu senhor. O trabalhador vê apenas leis econômicas que parecem se impor de forma abstrata e ideal, como indica Marx (2011, p. 112):<sup>48</sup>

Essas relações de dependência *coisal*, em oposição as relações de dependência *pessoal*, [...] aparecem de maneira tal que os indivíduos são agora dominados por *abstrações*, ao passo que antes dependiam uns dos outros. [...] Do ponto de vista ideológico [...] esse domínio das relações [...] aparece na consciência dos próprios indivíduos como domínio das ideias e a crença na eternidade de tais ideias, *i.e.*, dessas relações *coisais* de dependência, é consolidada, nutrida, inculcada por todos os meios, é claro, pelas classes dominantes.

A reificação na relação social entre a classe trabalhadora e a classe dos não-trabalhadores e o fetichismo pela qual essas relações se impõem como naturais e eternas se transformam em meio de defesa apologética da burguesia. Essa defesa fora formalizada e cumprida pela economia vulgar.

A forma distorcida em que se exprime a inversão efetiva reproduz-se naturalmente nas ideias dos agentes desse modo de produção. É uma espécie de ficção sem fantasia, uma religião do vulgar. Os economistas vulgares – que é mister distinguir bem dos economistas pesquisadores que criticamos – na realidade traduzem as ideias, motivos etc. dos titulares da produção capitalista, prisioneiros do sistema e nos quais ela só se reflete em sua aparência superficial. Efetuam essa tradução em linguagem doutrinária e segundo o prisma da camada

---

<sup>48</sup> Como desenvolve Marx (1985c), o específico da sociedade capitalista são as formas de subsunção formal e real do trabalho ao capital, a última como tendência predominante, as quais substituem as relações de dependência pessoal da servidão e escravismo. O trabalhador se sujeita ao capitalista apenas na medida em que a venda da sua força de trabalho é o único meio de conseguir sua subsistência, pois os meios de produção se lhe opõem como propriedade alheia, aqui “não existe nenhuma relação política, fixada socialmente, de hegemonia e subordinação” (p. 94)

dominante, os capitalistas, portanto, sem ingenuidade e sem objetividade, mas com finalidade apologética. (MARX, 1980-85, p. 1494)

Manter o véu sobre a essência da sociedade capitalista só interessa a minoria que detém terra e capital, a minoria que não trabalha, que não produz, e que detém para si toda fruição. Esse véu ainda permanece e certamente se adensou, uma vez que as contradições da sociedade capitalista têm se mostrado em seu lado desigual, na guerra, na fome, na destruição da natureza. A defesa e justificativa dessa sociedade ainda se nutre na epiderme da vida cotidiana, que alimenta os apologetas e instrumentaliza a ideologia burguesa. Contraditoriamente, ao invés de uma alternativa que livre a humanidade do jugo do capital, vemos trabalhadores e trabalhadoras, lado a lado, em apoio ao covil sórdido, rumo ao auto sacrifício, como se fora essa sua redenção. E em pleno século XXI, após 150 anos de publicação de *O capital*, são os valores desumanos, vestidos pela extrema-direita, que ganham espaço e ressonância na classe trabalhadora, impondo urgência a reorganização e autocrítica da esquerda mundial.

### **Referências bibliográficas**

- EAGLETON, T. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: UNESP/BOITEMPO, 1997.
- FUNKE, M; SCHULARICK, M; TREBESCH, C. *Going to extremes: Politics after financial crises, 1870-2014. European Economic Review*, v. 88, Edição especial: SI, p. 227-260, 2016.
- GONZÁLES, H. **Economia política do capitalismo**: breve exposição da doutrina económica de Marx. Volume II. Lisboa: Seara Nova, 1977.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, K. **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico. Volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico. Volume III. São Paulo: Difel, 1980-85.
- \_\_\_\_\_. **Para crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- \_\_\_\_\_. **O capital**: crítica a economia política. Livro I. Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1985a.
- \_\_\_\_\_. **O capital**: crítica a economia política. Livro I. Tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1985b.
- \_\_\_\_\_. **Capítulo VI, Inédito de O Capital**: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, 1985c.
- \_\_\_\_\_. **O capital**: crítica a economia política. Livro II. São Paulo: Nova Cultural, 1985d.
- \_\_\_\_\_. **O capital**: crítica a economia política. Livro III. Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1986a.
- \_\_\_\_\_. **O capital**: crítica a economia política. Livro III. Tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1986b.
- \_\_\_\_\_. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- \_\_\_\_\_. **O capital**: crítica a economia política. Livro Terceiro. São Paulo: Boitempo, 2017.
- NETTO, J. P. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
- RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SMITH, A. **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.